

CNBB acha que governo recuou por pressão

BRASÍLIA — O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes, acusou ontem o governo de ceder a pressões de grupos econômicos ao decidir demarcar por decreto duas áreas de garimpo dentro da Floresta Nacional de Roraima, consideradas por liminar da 7a. Vara Federal de Brasília como de propriedade dos índios Ianomâmis. "Não se pode excluir que tenha havido pressão de grupos econômicos interessados nas terras dos índios Ianomâmis", afirmou dom Luciano, minutos antes de se encontrar com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Luiz Roberto Ponte, a quem, disse, iria demonstrar "a enorme decepção" da Igreja com a decisão do presidente Sarney de voltar atrás na questão dos índios Ianomâmis.

Dom Luciano considerou "insuficiente" a razão apresentada pelo governo de manter os garimpeiros dentro da área indígena para evitar a propagação de doenças como a onconcerose (cegueira irreversível), contraídas pelos garimpeiros que se encontram na região. "É certo que deve haver cuidados para evitar a propagação das endemias, mas isto não justifica a demarcação de áreas de garimpos dentro das terras indígenas", disse dom Luciano, após ressaltar que ninguém pode impedir a entrada ou saída de pessoas infectadas da área indígena.

Risco — O presidente da CNBB disse também que o fato de o governo ter ido contra a liminar abre "um grave precedente", pois compete ao Executivo obedecer à justiça e dar exemplo de acatamento das decisões judiciais. A decisão do governo, segundo dom Luciano, coloca em risco a vida das populações Ianomâmis que se encontram próximas das áreas de garimpo demarcadas pelos decretos do presidente Sarney.

Dom Luciano disse que a expectativa da Igreja é de que o Ministério Público faça valer o direito dos Ianomâmis sobre suas terras ao cobrar da justiça o cumprimento do que estabelece a Constituição federal.

Sobre a denúncia de que o bispo de Roraima, dom Aldo Mongiano, estaria usando irregularmente recursos do exterior em sua diocese, o presidente da CNBB considerou "que tudo não passa de calúnias que têm como objetivo tentar invalidar a ação dos missionários de Roraima em favor dos índios Ianomâmis". Segundo o presidente da CNBB, a diocese de Roraima recebe, de fato, recursos de entidades missionárias da Alemanha, da Suíça, da Bélgica, da Austrália e de outros países, "recursos que entram no país de maneira legal".

Esses recursos, segundo ele, são insuficientes para atender às "grandes necessidades dos índios", principalmente no que diz respeito ao transporte de doentes das áreas indígenas para a cidade de Boa Vista. "Está custando um mil dólares alugar um teco-teco para salvar a vida de um índio", disse dom Luciano, ao revelar que recentemente a própria CNBB fez uma coleta de US\$ 5 mil para ajudar no transporte aéreo de Ianomâmis que precisavam ser tratados em Boa Vista. "Portanto, é meu dever atestar, em nome da presidência da CNBB, a honestidade e a solidariedade a dom Aldo Mogiano", sustentou ele.

O presidente da CNBB revelou que iria revelar ao ministro Luiz Roberto Ponte a omissão da Polícia Militar de Altamira (PA), na destruição da igreja dirigida por dom Erwin Krautler, presidente do Conselho Indigenista Missionário, no dia 24 de dezembro do ano passado. Segundo ele, na madrugada deste dia, um trator conduzido até a igreja em cima de um caminhão e sob os faróis de veículos de fazendeiros de Altamira pôs abaixo o templo.

"Tudo isto aconteceu sob as vistas da Polícia Militar do Pará, que se encontrava presente", completou. Além desta denúncia, o presidente da CNBB disse que iria pedir ao ministro Luiz Roberto Ponte punição para os responsáveis pelo espancamento e pela ameaça de morte sofrida em 27 de janeiro deste ano pelo mesmo presidente do CIMI.